



Os fatos que precederam as manifestações de 2013 em Porto Alegre: a cidade, o espaço público e a luta por direitos

The facts that preceded the events of 2013 in Porto Alegre: the city, public space and the struggle for rights

Rodrigo Scheeren* e Manoel Rodrigues Alves**

*Bacharel em Filosofia pela UFRGS. Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UniRitter e Unicep. Mestrando no IAU-USP em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, membro do Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC.USP).

** Arquiteto pela FAU-Ma-

ckenzie; Master of Science in Architecture Studies MIT; Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Professor do IAU-USP. Coordenador do LEAUC – Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo e NAPUrb - Núcleo de Pesquisa em Urbanização e Mundialização.

Resumo

O artigo analisa como determinadas intervenções na cidade e nos espaços públicos limitaram os lugares de ação social e política em Porto Alegre. A renovada afirmação popular por esses espaços, culminou nas manifestações que reivindicaram serviços de transporte público e mobilidade urbana, além do debate acerca dos limites entre público e privado. A partir de referenciais teóricos e de reportagens, avalia as decisões assumidas na esfera política, os atos de contrapartida popular em 2012 e os acontecimentos de 2013. A análise objetiva relacionar fatos específicos que ocorreram no período e os temas “direito à cidade” e “espaço público”.

Palavras-chave: Direito a cidade. Espaço público. Processos socioespaciais.

Abstract

The article examines how certain interventions in public spaces and in the city have limited places of social and political action in Porto Alegre. The renewed popular affirmation for these spaces, culminated in manifestations that claimed better public transport and urban mobility services, beyond the debate about the boundaries between public and private. From theoretical framework and reports, evaluates the decisions taken in the political sphere, acts of popular counterpart in 2012 and the events in 2013. The aim of this analysis is to relate events that occurred in the period, the subjects “right to the city” and “public space”.

Keywords: Right to the city. Public space. Socio-spatial processes.

Introdução

Os espaços públicos conquistaram um significado mais estreito com a população de Porto Alegre nos últimos três anos. A cidade se constituiu, nesse período, à luz da aceleração desenvolvimentista, principalmente sob o efeito de sediar alguns jogos da Copa do Mundo em 2014. As intervenções propostas e administradas pelo Poder Público, geraram tensões com alguns interesses da população. Desse modo, o renovado interesse pelo debate acerca do espaço público não foi despertado de uma maneira positiva, mas como reflexo de impedimentos e limitações do direito à cidade. A escolha da capital do Rio Grande do Sul para fomentar o debate sobre determinados temas se deve ao conhecimento do sítio urbano, ao seu ambiente social e a um processo de discussão que condicionaram esses acontecimentos relatados no texto - fatos que aconteceram no decorrer de 2012. O aporte teórico aborda os temas da cidade, espaço público e o direito à cidade, recorrendo a autores

como Delgado, Arendt, Deutsche, Lefèbvre e Mitchell. A análise do texto relaciona a bibliografia e as reportagens veiculadas no decorrer daquele ano – compreendendo registros escritos e fotográficos -, que expõem decisões assumidas na esfera de representatividade política e a inquietação da população como resposta. Essas decisões limitaram os lugares de ação social e política na cidade de Porto Alegre e refletiram nas manifestações iniciadas em 2013. A afirmação popular pelos espaços públicos, em resposta as decisões e intervenções do Poder Público, reivindicou o direito de uso popular e livre de praças, ruas e equipamentos urbanos. Devido ao movimento de manifestações que ocorreram nesse primeiro período, grupos já mobilizados foram integrados por pessoas de diversos setores sociais que, por motivos variados, destacaram o retorno ao debate acerca dos limites entre o público e o privado, da participação coletiva e da luta por direitos. A atividade dos movimentos se dissemi-

nou e motivou a continuidade de ações similares, que culminou, no ano seguinte, na tentativa de se obter melhorias na qualidade dos serviços de transporte público e de mobilidade urbana.

Das narrativas urbanas à luta pelo direito à cidade e ao espaço público

No ano de 2013, a população ocupou as ruas, que se converteram em palco de manifestações por diversas regiões do Brasil. Em Porto Alegre, uma data marcou o início de um intenso período de embates entre a população e o Poder Público, que se expressaram em atos de manifestação ao longo de meses seguintes. No dia 04 de outubro de 2012, período que se aproximava às eleições municipais, centenas de pessoas se reuniram para protestar no Largo Glênio Peres - espaço aberto e público que se encontra ao lado do Mercado Público e da Prefeitura Municipal -, na área central da cidade.¹ O episódio se tornou marco pela defesa dos espaços públicos na capital, através de um protesto que pautava uma série de problemas em relação aos usos dos espaços públicos pela população, identificados por grupos sociais que se articulavam nesse período².

O contexto de emergência dessa situação envolve fatos diversos e complexos. Uma das características de boa parte da sociedade gaúcha é ser considerada conservadora,³ o que confere um *status* de resistência às mudanças e diferenças. Desse modo, quando há alguma transformação,

ela ocorre de forma lenta e burocrática, e quando surge, deve favorecer a vontade de classes que julgam ser as representantes que movem os centros de poder no Estado. Na capital, apesar de concentrar um maior poder econômico e apresentar centros de ensino e de cultura importantes, isso não parece mudar a consciência determinista da sociedade local. Apesar de um período de 16 anos governada pelo Partido dos Trabalhadores - após a reabertura democrática -, há quase dez anos a cidade é capitaneada por políticos de “centro-direita”. O governo que assumiu em 2005, “passou a representar a transição do modelo de gestão da Administração Popular para o modelo de gestão chamado de Governança Solidária Local” (XAVIER, 2013, p. 24), que significou a implantação de um modelo de gestão urbana empresarial. A mudança acarretou a transformação do perfil administrativo e ideológico, contribuindo para esvaziar o planejamento e gestão democráticos. O atual prefeito, José Fortunati reeleito em 2012, apesar de filiado a um partido que leva em seu nome a bandeira da democracia trabalhista (PDT), tem como ideal o “progresso moderno” baseado na higienização da cidade, abertura aos interesses de empresas privadas, a supressão dos espaços públicos e projetos de mobilidade que ampliam o sistema viário para grandes vias de circulação da cidade – o que privilegiava o uso de automóveis particulares, preterindo os usos dos pedestres, ciclistas e o investimento no transporte coletivo, atrasando a implementação do plano metroviário, além



Figura 1. Manifestação defronte a Prefeitura em 04.10.12. Fonte: Ramiro Furquim, Sul 21

1. Ver reportagem “Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre”.

2. Grupos como o “Defesa Pública da Alegria”, “Largo Vivo”, entre outros.

3. Mantém um movimento cívico-cultural de caráter tradicionalista na tentativa de congrega a sociedade em torno de ideais comuns. Há também o que se denomina

como “bairrismo”, uma exaltação de feitos históricos e características regionais que são apresentadas para se diferir de outras regiões nacionais. Além disso, a conformação social no estado se configura por diversos centros de colonização de imigrantes de distintas etnias, que mantêm a sua cultura e modo de relações particulares.

4. Ações de suporte técnico, ou ações estratégicas, como as obras de infraestrutura viária ao longo da Terceira Perimetral – que conecta as zonas norte e sul – composta por dois viadutos e três passagens subterrâneas, a ampliação da Avenida Tronco – ocasionando remoção de moradias populares ao longo da via –, viadutos próximos ao Estádio Beira-rio, Rodoviária, entre outros. (XAVIER, 2013, p. 203-7).

5. Isso porque há alguns anos são apresentadas propostas e projetos para tornar essa área acessível à população, o que, até o momento, não se materializou. As iniciativas de décadas tiveram como desfecho a iniciativa de entrega do patrimônio a um consórcio que pretende explorar um modelo com shopping, áreas comerciais, serviços e hotel, em área privilegiada da cidade. Ver reportagem “Armazéns do Cais Mauá terão gestão de shopping center”.

6. Ver reportagem “Empresas do setor da construção fazem as maiores doações para a campanha eleitoral em Porto Alegre”.

do enorme dispêndio monetário na construção de viadutos e elevados.⁴

O governo municipal, até o ano de 2012 – ano de eleições – procedia a continuidade de projetos iniciados em gestões anteriores, como o projeto para a revitalização da área portuária do Cais Mauá, às margens do lago Guaíba, numa parceria entre Governos do Estado e Municipal com um consórcio formado por um grupo líder e outras quatro empresas espanholas (XAVIER, 2013, p. 190)⁵ – apesar de levantar críticas e dúvidas acerca dessa e de outras concessões em regime de Parceria Público-Privada de caráter empresarial. Após a confirmação da cidade como uma das sedes para a Copa do Mundo de 2014, o grupo político integrante do setor Executivo municipal, vislumbrou maior motivação para continuar no poder e incentivou a flexibilização da legislação voltada a interesses financeiros privados. Em 2008, foram aprovados projetos especiais de flexibilização do regime urbanístico em diversas áreas da cidade – classificadas no Plano diretor como de interesse cultural e ambiental –, para viabilizar a implementação de grandes projetos urbanos, incluindo a orla do Guaíba (XAVIER, 2013, p. 21-2), o que demonstra uma mudança de atitude consoante com tendências vinculadas ao mercado global – caracterizadas por intervenções em áreas obsoletas, degradadas e centros evadidos, concebidas e desenvolvidas com o intuito de revalorizá-los a fim de garantir um retorno financeiro futuro de

maior ordem segundo um modelo hegemônico de empresariamento da cidade.

A abertura de interesses voltados ao capital e suas relações com a transformação da cidade transparece através de grandes soma de valores doados por empreiteiras do ramo da construção civil para a campanha eleitoral dos candidatos, principalmente para o prefeito reeleito.⁶ Coniventes com esses fatos, a grande mídia do Estado, que controla redes de jornais, televisão e rádio – RBS, Record/Correio do Povo, entre outras –, se encontravam afinadas com decisões favoráveis aos processos de privatização. Infelizmente, influenciados pelas informações difundidas pelo conglomerado político-partidário, as ofertas das grandes empresas e as notícias da grande mídia, a maioria da população municipal não pode depurar a tempo das eleições os fatos que estavam ocorrendo e o que ainda iria por vir. Soma-se a isso a circunstância de que grande parte da inquietação se originou dos estudantes – muitos dos quais não têm o seu título eleitoral lotado no município –, além da falta de candidatos que figurassem com uma imagem e propostas capazes de confrontar as promessas de reeleição do atual prefeito.

A principal prejudicada nesse ímpeto desenvolvimentista foi a cidade, que representa dimensões tanto imaginárias quanto materiais, ao formar o contexto de desenvolvimento de seus habitantes – *locus* de (con)vivência, trabalho, lazer e criação. Os relatos, notícias e informações apresentados

no decorrer do texto sustentam empiricamente a análise e a discussão teórica exposta. Os fatos compilam uma série de eventos, decisões institucionais e político-partidárias que caracterizam um processo de defesa de diferentes interesses privados e atitudes de determinados grupos sociais. A partir disso, são discutidas questões relacionadas a processos socioespaciais, ao espaço público e da busca pelos direitos em relação à cidade e porque tais temas foram revalorizados no circuito de debates porto-alegrense.

A concepção de cidade se modifica, dadas as suas formas heterogêneas de manifestação, evidenciando distintas formas de vida urbana que nela se matizam. As estruturas de uso, interação e reconhecimento por quem nela vive não se dissolvem, mas se transformam. Sujeita a questões complexas no seu modo de instauração material e funcionalidade social, a cidade é percebida, simultaneamente, como morada e instrumento. Dessa maneira, é possível aproximá-la à conceituação marxista entre valor de uso e valor de troca, absorvida por Lefèbvre (1969, p. 31), quando descreve a cidade expressa entre – mas não reduzida a essas relações - a vida urbana (uso) e os espaços de compra e de venda (troca). É possível notar a importância dos dois conceitos para a compreensão do que se segue. O valor de uso remete às relações de utilização da cidade que não se reduzem à constituição de mercadorias, ou seja, se refere às trocas simbólicas, aos acontecimentos sociais e políticos, aos processos so-

cioespaciais de utilização das áreas comuns da cidade que possibilitem a aquisição e compartilhamento das noções de público e expandam as fronteiras do individual e do privado. Ao valor de troca, cabem as relações mercadológicas que limitam o uso de elementos da cidade em relação a aquisição, mediante pagamento, de objetos e experiências, no qual a figura do usuário que as consome se opõe ao papel do praticante de atividades referentes ao valor de uso. A definição de cidade como “projeção da sociedade sobre um local percebido e concebido” (LEFÈBVRE, 1969, p. 56), implica um conjunto de diferenças específicas que surgem entre as diversas cidades e, além disso, diferenças que ocorrem em distintos ambientes urbanos de uma mesma cidade (ou até mesmo em distintos territórios de um mesmo sítio urbano). Essas diferenças emergem, em grande parte, devido às relações estabelecidas entre as pessoas na esfera pública.

As estruturas de cada cidade são compostas por redes de infraestrutura, áreas construídas e espaços de uso comum, concebendo uma distinção de “camadas” interligadas. O que chamamos de “cidade” é a expressão da realidade imediata e dado prático-sensível, já o “urbano” é interpretado como realidade social composta de relações (LEFÈBVRE, 1969, p. 49) mutáveis e temporalmente distintas. A existência do “urbano” não dispensa a materialidade da “cidade”: o urbano se baseia no valor de uso. Ao ressaltar a relevância que as peculiaridades de cada local transfe-

rem à constituição imagética do urbano na cidade, consideramos que tais peculiaridades podem surgir de modo mais rico de expressões sociais heterogêneas nas diversas camadas de organização locais. Como defende Lefèbvre, a cidade muda “quando muda a sociedade no seu conjunto” (1969, p. 47), ou seja, a dimensão do urbano. O urbano muda quando da ocorrência de novos processos socioespaciais e espacialidades que conduzem a alteração das relações sociais dentro de um quadro complexo de manifestações culturais. Em muitos casos, essa conjuntura se evidencia em movimentos de resistência as decisões fomentadas pelo Poder Público ou pela Iniciativa Privada, ao sufocarem vontades populares em virtude de ações apresentadas com propósitos utilitaristas. Porém, em cada caso, vale uma avaliação do por que e para quem caberiam os benefícios propostos. Mitchell assinala que grande parte do contexto das transformações urbanas, atualmente, se deve ao “medo de usuários inapropriados”: sem-teto, drogados e ativistas políticos – quadro que muitos se esforçam para alterar através da modificação do ambiente dos espaços públicos urbanos e do policiamento rigoroso (2003, p. 2). Essas deveriam ser as maiores preocupação políticas para uma cidade, em vez de priorizar as questões estruturais e os espaços públicos para o usufruto da população?

Alguns fatos que ocorreram no ano de 2012 são parte da causa das inquietações em diversos grupos sociais e culminaram nas ações coleti-

vas de maior peso antes das eleições. No início do ano, foi definido pela Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC), órgão da Prefeitura Municipal, novos horários de fechamento de bares em Porto Alegre.⁷ Com a decisão, iniciou-se o trabalho de forças-tarefa para a fiscalização dos alvarás e das condições de funcionamento dos estabelecimentos. Contudo, após essas decisões, foi perceptível a tentativa de limitação do uso de uma região tradicionalmente boêmia da cidade: o bairro Cidade Baixa. O que foi assinalado, por parte dos moradores, como uma “repressão”⁸ da Secretaria contra o bairro, não ocorreu da mesma maneira em outros locais da cidade com concentração de bares, como bairros de classe alta.⁹ O bairro, ao longo das últimas décadas se expandiu e hoje é uma área de uso misto, com um considerável processo de adensamento residencial e aumento no número de estabelecimentos como bares e restaurantes, o que gerava aglomeração de pessoas no espaço público das ruas, além de um intenso tráfego de veículos. Havia consumo de alimentos e bebidas por pessoas de diversas faixas etárias que, reunidas ou não, geravam barulho e lixo nas ruas do bairro.

O bairro Cidade Baixa, que já era um reconhecido reduto cultural da cidade no início do século XIX - com características de vida própria dos moradores -, foi aos poucos se descaracterizando, contando com a falta de sensibilidade e ao descaso do Setor Público, tanto pelas

7. Ver reportagem “Definidos novos horários de fechamento de bares em Porto Alegre”.

8. Ver reportagem “Manifestantes protestam contra fechamento de bares em Porto Alegre”.

9. Recentemente, foi denunciado pelo Ministério Público um esquema de fraude em licenças para casas noturnas, sob a acusação de agilizar o trâmite de processos nos setores de vistoria e liberação de obras ou concessão de alvarás e cartas de “habite-se” nas Secretarias Municipais. Ver reportagem “RS: Justiça denuncia envolvidos em liberação de alvarás de casas noturnas”.

mudanças no Plano Diretor – que permitiram a construção de prédios com altura e índice de aproveitamento desproporcionais em relação aos prédios existentes -, quanto pela orientação e esforço em regularizar e promover as atividades que ali já se concentravam historicamente - mas agora sob a tutela rígida do Poder Público. Orellana defende que essa situação se apresenta como uma nova lógica de poder que demanda a desterritorialização e a destruição do local, na tentativa de dispersar o sentido de lugar e as suas especificidades, o que condensa a cidade contemporânea e evidencia a racionalidade última do espaço urbano no qual as suas características permitem constatar um princípio de segregação.¹⁰ (2011, p. 54-6) Em reportagem escrita por Isadora Pisoni¹¹ sobre a condição instaurada, apesar de grande parte dos moradores do bairro frequentarem os espaços privados existentes, “não podemos negar que muito da efervescência cultural da cidade ocorre pelas ruas e antigos sobrados ou prédios reformados que hoje são palco da cultura, sejam eles bares ou casas noturnas”. Ela relata que, apesar do aumento da violência e do barulho, a polícia se negava a ajudar e quem marcou presença “nesse caso foi a SMIC, a SMOV¹² e os interesses de final de ano para dar início a um ano eleitoral”. Ao contrário do que pode ser esperado como ação preventiva e de segurança por parte do Poder Público, coube à associação de bares do bairro providenciar a volta à rotina cotidiana e incentivar as atividades do local.



Figura 2. Manifestação pela manutenção das atividades no bairro Cidade Baixa. Fonte: Ramiro Furquim, Sul 21

Destarte a polêmica envolvendo as regiões de convívio boêmio da cidade, a partir de meados do ano de 2012, se concretizava a reforma de um equipamento público célebre na história de eventos municipais, no parque mais conhecido da cidade. Cercado por tapumes durante a sua reforma, no dia 20 de setembro ressurgiu das cinzas, renovado, o Auditório Araújo Vianna, no Parque Farroupilha (carinhosamente chamado de Redenção). Porém, o que muitos não esperavam é que, apesar da criticada Parceria Público-Privada que gerou a concessão de um equipamento público, o auditório seria cercado - impedindo o seu livre acesso - e esta invadiria a área adjacente a sua construção - de domínio público no parque -, além da autorização para o uso do entorno como estacionamento de veículos. Como pontua Lefèbvre, em alguns momentos, o Estado e a Empresa – entendida como a articulação de um ou mais setores de domínio privado -, se es-

10. Racionalidade e segregação essas que para Delgado decorrem da ideologização de um “espaço público” do consenso (Delgado, 2011).

11. Ver reportagem “Sobre o fechamento de bares na Cidade Baixa”.

12. Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e Secretaria Municipal de Obras e Viação, respectivamente.

forçam por absorver a cidade, suprimi-la como tal, convergindo para a segregação (1969, p. 90-1), como se tornou o fato da Prefeitura em ceder uma área pública que passou ao controle de uma entidade capaz de restringir quem pode ingressar nesse espaço – seja pela colocação das grades, seja pela cobrança de valores em ingressos estipulados pela produtora.



Figura 3. Cercamento do Auditório Araújo Vianna. Fonte. Bernardo Jardim Ribeiro, Sul21

As críticas a essa implementação aconteciam em larga escala nas redes sociais e nos informativos de circulação municipal. O ápice da tensão ocorreu no dia 3 de outubro quando, durante o show de Tom Zé, que se realizava no Auditório, grupos iniciaram um protesto com cartazes contra o fato do cercamento. O músico, inclusive, apoiou o protesto segurando um dos cartazes no palco¹³. Após o término do show, algumas pessoas tentaram tomar a área do gramado que estava cercada, sendo prontamente retirados pelos seguranças

particulares da empresa responsável pelo evento. Logo ao lado, estava posicionado o boneco inflável que faz propaganda da Coca-Cola, patrocinador da Copa do Mundo, um tatu-bola que foi arrancado e queimado na rua em frente¹⁴ - tal fato prenunciava o que ainda iria por vir. Dias depois, a bancada de oposição no legislativo encaminhava, junto ao Tribunal de Contas do Estado, solicitação de retirada das grades,¹⁵ algo que infelizmente não se sucedeu. Os dois casos citados configuraram um processo de intervenção no espaço urbano de atividades que remontam a iniciativa privada, ao domínio do capital que segue a lógica do empresariamento da cidade - atribuído nas suas negociações de usos e por não compatibilizar soluções com as atividades antes desfrutadas pelos usuários dos espaços – onde as decisões são tomadas de modo imperativo -, que gerou atritos com a população devido ao caráter de privatização do espaço urbano.



Figura 4. Tom Zé e o cartaz da manifestação no Araújo Vianna. Fonte. Mídia Livre, Coletivo Fora do Eixo/Divulgação

13. Ver reportagem “Após show do Tom Zé, manifestantes protestam contra cercamento do Araújo Vianna”.

14. Ver reportagem “FOTOS: inflável da Coca-Cola é queimado após show de Tom Zé no Araújo Vianna”.

15. Ver reportagem “Procurador pede inspeção no cercamento do Auditório Araújo Vianna”.

16. Ver reportagem “Chafarizes são instalados no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre”. O discurso do coordenador soa um tanto ingênuo ao pensar que reformas como essas possam reconhecer o valor histórico do local e agregar algum sentido de modernidade. Ao contrário, mascara intenções como o controle de usos do local, numa solução superficial para o espaço.

17. Embora este texto introduza a questão da ideologização do espaço público, o desenvolvimento de elementos que caracterizam esse processo - como a tematização, espetacularização ou banalização do espaço urbano - extrapolam o escopo do mesmo e, portanto, não serão aqui desenvolvidos.

18. É perceptível como, na amostra fornecida por esses três pensadores, a noção de “espaço público” recebe uma atribuição especial que se liga fortemente ao cunho social de sua prática.

Figura 5. Chafarizes instalados no Largo Glênio Peres. Fonte: Ricardo Giusti, PMPA/Divulgação/CP

De modo similar ao exemplo anterior, a privatização real e simbólica dos espaços públicos também foi marcada pela instalação de um dos bonecos infláveis da Coca-Cola no Largo Glênio Peres, ocupando uma área razoável do espaço público, além de atrapalhar o fluxo dos pedestres e a realização de atividades – como a apresentação de artistas de rua ou mesmo feiras e encontros. Além disso, o local passava por uma “reforma” que instalou, com o investimento de R\$ 1 milhão de uma Parceria Público-Privada entre a Prefeitura e a Coca-Cola, 19 pontos de jatos de água que bloqueiam uma faixa do seu espaço. Segundo o coordenador do projeto Viva o Centro, Glênio Bohrer, “o espaço, antes conhecido pelo comércio informal e abandono, deve ser cada vez mais reconhecido pelo potencial histórico, aliado à modernidade”¹⁶. O boneco inflável da mascote da Copa, denominado “Tatu-bola da Coca-Cola”, fora instalado porque ali aconteceria o “Fan Fest” - evento promocional que a Fifa realiza antes e durante os jogos, em cada cidade sede.



Segundo Delgado (2011, p. 17), antes de 1990, a concepção de “espaço público”, era um termo utilizado pela teoria da cidade de forma genérica e sem nenhuma ênfase especial: definia os espaços abertos e acessíveis da cidade. O espaço público, legado para operações urbanísticas, “passa a ser concebido como a realização de um valor ideológico, local no qual se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania, convivência, civismo, consenso e outros valores políticos...” (DELGADO, 2011, p. 10). O problema está, como diz o autor, na reapropriação capitalista da cidade, que converte grandes setores do espaço urbano em parques temáticos.¹⁷ Paralelamente, outra linha de definição deriva da filosofia política – que remete a um determinado processo de constituição e organização do vínculo social -, na qual o espaço público se associa a esfera pública, ou seja, é “a reunião de pessoas particulares que fiscalizam o exercício do poder e se pronunciam sobre assuntos concernentes a vida comum” (DELGADO, 2011, p. 18). A noção de esfera pública é examinada por Hannah Arendt, que a assimila como um “mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros” (2007, p. 62). Para Deutsche, a ideia de esfera pública localiza a democracia na sociedade (1996, p. 288), e a sua representação¹⁸ se encontra na figura do espaço público - que se constitui, em essência, enquanto locus do conflito. Como conceito político, a esfera pública é um constructo no qual cada indivíduo se

reconhece na relação com outros, “esse espaço é a base institucional sobre a qual se assenta a possibilidade de uma racionalização democrática da política” (DELGADO, 2011, p. 20).

Podemos reconhecer que, devido aos fenômenos recentes – manifestações, ocupação de ruas, praças, habitações desocupadas, shopping centers –, a ideia de espaço público se tornou atual nos debates cotidianos. A ocorrência desses fenômenos pode ser considerada um indicio de que essa ideia necessita ser constantemente defendida e preservada? A instabilidade da sua instituição se deve ao medo engendrado, derivado da sensação de que um espaço público é um espaço incontrolado, no qual a civilização é algo excepcionalmente frágil (MITCHELL, 2003, p. 13). Nesses espaços, o urbano – como fator de diversidade que gera a sensação de instabilidade – se modifica constantemente, a população de cada local aumenta, pessoas migram entre cidades, estados e países, o que abarca a crescente diversidade de histórias e culturas, conformando uma população heterogênea que se empenha em manifestá-las. Dessa condição, um eventual processo de afastamento das ações políticas e da esfera de representação pode ser decorrente de situação ambígua da busca por identidade e afirmação no lugar, em parte devido ao crescente distanciamento relacional entre os indivíduos – signo da condição heterogênea. A afirmação de espaços com os quais os indivíduos possam se identificar – como os espaços

públicos –, distanciam-se do lugar de produção e mercado – no qual as relações humanas se reduzem ao processo de produção-troca-mercado e os lugares simbólicos se reduzem, sufocados pela afirmação dos lugares de intercâmbio de mercadorias (CACCIARI, 2011, p. 34). Lugares estes que, segundo Augé, devem englobar as dimensões do identitário, relacional e histórico, sendo o dispositivo espacial capaz de exprimir, ao mesmo tempo, a identidade de um grupo e o que este deve defender contra as ameaças externas e internas (1994, p. 45; p. 52). Desse modo, o papel do espaço público é transcendente, posto que se assinala a tarefa estratégica de ser lugar dos sistemas nominalmente democráticos. (DELGADO, 2011, p. 27)

Retornando aos acontecimentos do dia 4 de outubro de 2012, o espaço público do Largo reuniu manifestantes que reivindicavam a liberdade de usufruir os direitos de uso em relação a cidade, sem imposições autoritárias acerca do modo como o usufruto deva ocorrer. A reunião, nessa data, convergiu a série de casos aqui relatados, numa expressão de inconformidade com o controle promovido pelo Poder Público. O movimento não só se posicionou contra a apropriação e a tentativa de restringir o acesso aos espaços públicos, reivindicou também o direito à cidade. Infelizmente o que seria um momento de expressão democrática e encontro político, acabou em repressão e sangue derramado gratuitamente num espaço considerado público. Além disso,

houve grande repercussão do fato: ante as notícias que enfatizaram a violência envolvida no ato, grande parte da população compreendeu que os manifestantes eram minoria e agiram equivocadamente ao se posicionarem contra os “benefícios” que a privatização e o controle oferecidos trariam¹⁹. Os mesmos não perceberam que, ao invés dessa constatação precipitada, ocorria um movimento de resistência contra a deturpação simbólica e material do que Delgado entende como os espaços de anonimato, irregularidade e fragmentação – as ruas e outras áreas públicas –, transitivos e marginais. (1999, p. 120-1) Esses espaços se tornam espaços de conflito por serem, antes, um lugar de atividade política, Deutsche (1996, p. 289) compreende que apesar de prometerem acessibilidade universal, eles nunca podem ser completamente inclusivos devido a sua abertura ao conflito, a divisão e a instabilidade – que não arruinam a esfera pública democrática, mas são condições de sua existência.



Figura 6. A Brigada Militar guardando o inflável da Coca-Cola em 04.10.12. Fonte. Ramiro Furquim, Sul 21

Devido ao episódio se desenrolar no período de pré-eleição, o eleitorado porto-alegrense se retraiu e, dentre outros fatores, cedeu o voto para a continuidade do processo centralizador que, ao longo dos meses, percebemos se amplificar. Os fatos apresentados chamaram a atenção de muitas pessoas que se juntaram aos grupos ativos na defesa e resistência aos efeitos de banalização e privatização dos espaços públicos. Algo que sucedeu devido à falta de disposição do Poder Público em relação a compreensão de que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver”. (LEFÈBVRE, 1969, p. 20) O fato geral pode ser associado a articulação de Deutsche sobre o processo de “apropriação” – o que num primeiro momento pode ser compreendido como um ato de apoderar-se de algo por meio de seu uso, porém, como veremos, ainda restringe uma apropriação completa que signifique a superação de uma racionalidade imposta de modo planejado e dominante –, quando menciona que a principal mudança do espaço público americano decorreu da distorção do discurso sobre o modo de apresentação da democracia, enveredando por direções autoritárias: “uma estratégia implantada por um poder distintamente não-democrático que legitima a si mesmo atribuindo ao espaço social um significado ‘conveniente’ – portanto incontestado –, assim, fechando o espaço público”. (DEUTSCHE, 1996, p. 275)

19. Ver reportagem “Privatização de Porto Alegre é alvo de protestos, BM agride manifestantes, Zero Hora lamenta por boneco da Coca-Cola”.

O caráter nefasto da apropriação se desvela quando determinados interesses de dominação acabam sobrepujando a ideia de coletividade nos usos desse espaço, acarretando a redução sistemática da vida pública. Esse movimento pendular se apresenta, via de regra, de duas maneiras: se atribui ao espaço público a ideia de uma possível fonte de unidade, e a fundamentação democrática autoriza o exercício do poder do Estado nesses espaços, enquanto Instituição representativa da democracia. Contudo, a forma como esse poder é, ou pode ser exercido, acaba conflitando com os valores do espaço público – aberto, social, político, de encontro, de resistência –, tornando-se assim “apropriado” por forças alheias à sua origem conceitual. Em Porto Alegre, o quadro de conflito entre o poder executivo e a conformação do espaço público gerou um embate crescente, a medida que partes da população se integravam aos movimentos de contestação. Nesse período de crescente tensão entre a população e a sua esfera representativa, a cidade sofria um acúmulo de decisões e medidas políticas conflitantes por parte do governo vigente, que chegou ao ápice com o cerceamento de direitos de uso dos referidos espaços públicos.

A motivação ideológica e o esforço de resistência dos grupos organizados nas manifestações, que ocorreram em Porto Alegre no ano de 2012, não se encerraram naquele mês de outubro. Aos poucos, os movimentos se reorganizaram e ganharam adeptos, frente às crescentes im-

posições do poder executivo municipal. Dentre eles, o principal ocorreu contra o aumento do preço da passagem de ônibus municipal, além de reivindicar melhorias no transporte público, com o seu primeiro ato no dia 21 de janeiro de 2013. O movimento que promovia atos constantes, em meados daquele ano, reuniu cerca de 10.000 pessoas nas ruas,²⁰ insatisfeitas não somente com o transporte, mas com o descaso das entidades municipais em relação ao que é analisado aqui. Contudo, tal fato só foi possível devido à progressiva série de protestos que se somaram, conferiram valor e consciência política à população que acompanhava o desenvolvimento dos eventos. A própria questão do transporte de qualidade tornou-se um símbolo de reivindicações maiores, como a expansão da mobilidade urbana, o atendimento às periferias e a tentativa de quebra do monopólio das empresas que controlam o setor.

Em síntese, podemos qualificar como o “direito à cidade”, os esforços de resistência e os movimentos de contestação ocorridos nesse período na capital gaúcha. Essa formulação diz respeito a Lefèbvre – principal articulador histórico do tema na Paris pós maio de 1968 –, caracterizando necessidades específicas da população: a atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), de informação, de simbolismo, do imaginário, de atividades lúdicas (1969, p. 97). Segundo o autor, o direito à cidade só pode ser formulado como direito à vida

20. Ver reportagem “Cerca de 10.000 se reúnem em protesto no Centro de Porto Alegre”.

urbana, transformada e renovada. Essa constatação surge à luz de um problema latente, mas não claramente identificável: o de convivermos em um mundo no qual os direitos a propriedade privada e a lucratividade triunfam sobre as outras noções de direitos - regidas pelo empresariamento urbano, que prescreve a competitividade interurbana para atração de investimentos, o planejamento estratégico, as parcerias público-privadas, o marketing urbano e a flexibilização de normas. (XAVIER, 2013, p. 14) O direito à vida urbana é a tentativa de reequilibrar a balança para o lado do valor de uso ao invés do valor de troca na cidade - o direito à cidade está além da liberdade individual para acessar recursos urbanos, é o direito de mudar a nós mesmos ao modificar a cidade. (HARVEY, 2008, p. 23) Ao se tornar algo que exige persistência e constante reafirmação, a questão dos direitos “estabelece um importante ideal contra o qual o comportamento do Estado, do capital, e outros agentes poderosos podem ser mensurados” (MITCHELL, 2003, p. 25) - estabelecendo valores baseados na relação entre as pessoas, não entre pessoas e coisas.

Qual é o objetivo de pensarmos na validade dos direitos que estão além da esfera jurídica – que possam ser reconhecidos por indivíduos que convivam em uma sociedade comum? Mitchell esclarece que a batalha por direitos e por leis justas é um aspecto de resistência à hegemonia de espaços sem referência para o indivíduo. Isso significa valorizar a constituição do espaço atra-

vés de características particulares, ao invés da sua formação abstrata legada por intervenções genéricas promovidas pelo domínio do capital, que condiciona a ação social por meio de espaços urbanos tematizados e regidos pela lógica de lugares do consumo. Em suma, o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, à obra (como atividade criadora e participante) e à apropriação (distinto da propriedade privada). (LEFÈBVRE, 1969, p. 124) Contudo, a manifestação desse direito não pode ser garantido de forma abstrata, mas através de um espaço de representação, no qual os desejos da população possam ser expressos pelos próprios indivíduos. É nesse ponto que convergem o espaço público e o direito à cidade, pois a lógica da representação demanda a produção social de um espaço público apto a receber determinadas formas de expressão – no qual grupos e indivíduos podem tornar a si mesmos e as suas diferenças visíveis (MITCHELL, 2003, p. 33), ante um ideário de universalidade e homogeneização dos indivíduos. Os espaços públicos, como espaços de representação, devem permitir a prática da população e garantir o direito à reunião, ou seja, é o *locus* que possibilita a formação de comunidades políticas que visem a esfera da ação – na sua acepção mais fundamental, na qual cada indivíduo é capaz de exercer a autonomia,²¹ refletir sobre a sua condição, reconhecer peculiaridades nos diferentes modos de vida e estabelecer relações entre os mesmos.

21. Assinalando a postura individual que quem é capaz de reconhecer seus limites e exercer a participação social através de sua própria iniciativa, baseada na constante procura por informações e atualização crítica acerca dos fatos decorrentes.

A cidade de Porto Alegre entre o passado e o futuro

Neste texto, apresentamos três conceitos principais e alguns termos correlatos, que se tornaram eixos estruturantes da análise factual: cidade (valor de uso e valor de troca), espaço público (lugares, apropriação e segregação) e direito à cidade. O material empírico consiste na compilação de três importantes fatos (a tentativa de supressão da área boêmia, a privatização de equipamento público e a restrição ao uso de espaços públicos centrais a cidade) que sintetizam e representam o embate entre o Poder Público e a resistência popular na cidade de Porto Alegre em anos recentes, impelindo o levante popular de grande repercussão no ano de 2013 – as manifestações relacionadas ao transporte público. No caso da cidade de Porto Alegre, o conhecimento dos moradores em relação às regiões da cidade, está atrelado à disponibilidade dos serviços de mobilidade. Ao Poder Público, caberia integrar a periferia à cidade, não segregá-la e remover os assentamentos irregulares às pressas em virtude das obras da Copa do Mundo – como se verificou nas obras de ampliação da Avenida Tronco. O foco do trabalho está nos fenômenos do espaço público porque, como relatado, se constituem espaços privilegiados para a resistência e expressão da insatisfação popular, frente às restrições impostas por um poder que não é capaz de representar boa parte das demandas políticas. A ocorrência destes fatos se deve a existência de

certa “cultura” local de utilização dos parques, lugares abertos e praças na cidade – locais procurados para o lazer, exercícios físicos, encontros e manifestações culturais. A consideração em relação ao direito à cidade confere o retorno ao pensamento e à ação que reivindicam algo para além da rotina do trabalho, do habitar e do lazer – retorno que ocorre devido ao levante popular frente à rigidez do poder municipal, ou seja, a reação às ações malogradas do Poder Público. Seguindo Lefèbvre (1969, p. 89), um dos índices de avaliação sobre o fenômeno da segregação é o formal (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocamento de seus elementos arquitetônicos), por isso o termo utilizado no texto confere um escopo bem mais amplo à ideia de separação entre pessoas e lugares.

É possível perceber, nos exemplos apresentados, que as decisões políticas unilaterais da municipalidade visavam atingir os grupos apontados como de “minorias” presentes na cidade. O prefeito e seus colaboradores chamaram de “guerra civil” os conflitos que não se esforçaram em compreender, e muito menos solucionar, preferindo o aumento do efetivo policial ao invés da prevenção com projetos de políticas públicas,²² mediação dos conflitos e de investimentos em setores básicos da cidade. Além disso, ao ceder o uso dos espaços públicos, essas áreas passaram a promover empresas privadas, uma proposta que se insere no “modelo

22. Ver reportagem “Fortunati: ‘Estávamos vivendo uma guerra civil na Cidade Baixa’”.

de gestão urbana empresarial, de conceder a gestão do espaço público para a iniciativa privada e de promover a lógica do mercado como o próprio modo de operação das políticas públicas”. (XAVIER, 2013, p. 195) No Largo Glênio Peres, aconteciam feiras, comércio ambulante e apresentação de artistas de rua. Porém, aos poucos, houve o impedimento ou realocação dessas atividades, além dos crescentes casos de rechaço dos moradores de rua e dos indivíduos coletores de lixo - para reciclagem - das vias e espaços públicos.²³ Nesse contexto, fomentado por um poder institucional que deveria representar a população em busca de soluções sem discriminação, emerge a condição ambígua da postura tradicional da sociedade gaúcha: quem desejava as mudanças era uma elite com propósitos higienistas e quem ofereceu resistência foram os movimentos sociais de interesses “minoritários”. Isso porque as mudanças viriam para privilegiar apenas alguns setores sociais e interferem não unicamente nos usos dos espaços públicos, mas na perda da dimensão receptiva da esfera pública, decorrente da apropriação dos mesmos pela dimensão privada e do empresariamento urbano. Há, desse modo, uma inversão do papel sobre quem defende a mudança e quais são os propósitos. Surge a dúvida acerca da tomada de decisões, sobre os motivos de seu surgimento e a quem servem: a conclusão que é possível chegar não nos afasta de um ceticismo em relação ao propósito democrático desse tipo de situação.

Hannah Arendt tratou da problemática do desaparecimento da esfera pública na modernidade – cuja reunião dos homens e o estabelecimento das relações entre eles dependem da sua permanência –, acreditando que “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida dos homens mortais”. (2007, p. 64) Por que os espaços públicos retornaram ao escopo das discussões na cidade de Porto Alegre? Porque são espaços do exercício de sociabilidade – autonomia e diferenciação, encontro e resistência, contra a homogeneização e particularização das atividades – que se distinguem dos espaços privados, seus acontecimentos específicos, comodidades e individualismos. Além disso, a aceleração promovida por grandes eventos, como a Copa do Mundo, confluíram interesses econômicos e de planejamento estratégico na viabilização de uma política urbana voltada a grandes projetos urbanos. Assim, se preferiu o investimento em ações sociais e equipamentos de uso público que poderiam receber, paralelamente, investimentos semelhantes através de uma proposta política que equilibrasse o desenvolvimento da cidade e trouxesse benefícios, não somente econômicos, a longo prazo. O espaço de representação expresso através do espaço público suscita um valor simbólico por fomentar a adesão social em prol de grupos, manifestações e atos de resistência, enquanto muitas pessoas não se veem mais representadas por

23. Ver reportagem “Zero Hora e Fortunati: projetos afinados de higienização e privatização de Porto Alegre”.

determinadas Instituições em outros espaços legislativos. Não é possível habitar a cidade se esta não está disposta para isto, ou seja, se ela não oferece lugares para a pausa e o encontro, para a manifestação pública, que decorram de ações desenvolvidas pelo Poder Público.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus Editora, 1994.

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

_____. La ciudad-territorio (o la post-metropoli). In: **Planos de (inter)sección: MATERIALES PARA UN DIÁLOGO ENTRE FILOSOFÍA Y ARQUITECTURA**. ARENAS, Luis Arenas; FOGUÉ, Uriel (Eds.). Madrid: Lampreave, 2011, p. 33-45.

DELGADO, Manuel. **El animal público**: hacia una antropología de los espacios urbanos. Barcelona: Anagrama, 1999.

_____. **El espacio público como ideología**. Madri: Catarata, 2011.

DEUTSCHE, Rosalyn. Evictions: **Art and spatial politics**. Cambridge: MIT Press, 1996.

HARVEY, David. **The right to the city**. New Left Review, n. 53, September-October 2008, p. 23-40. <http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acessado em: 24 nov. 2013.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MITCHELL, Don. **The right to the city**: Social justice and the fight for public space. New York: The Guilford Press, 2003.

ORELLANA, Rodrigo. “Panoptismo, Biopolítica y espacio re-flexivo”. In: **Planos de (inter)sección: MATERIALES PARA UN DIÁLOGO ENTRE FILOSOFÍA Y ARQUITECTURA**. ARENAS, Luis Arenas; FOGUÉ, Uriel (Ed.). Madrid: Lampreave, 2011, p. 47-67.

XAVIER, Fernando Weiss. **O planejamento estratégico da cidade de Porto Alegre na conjuntura prévia à Copa do Mundo de 2014**. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

“Após show do Tom Zé, manifestantes protestam contra cercamento do Araújo Vianna”. 04/10/2012. <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/>

segundo-caderno/noticia/2012/10/apos-show-do-tom-ze-manifestantes-protestam-contra-cercamento-do-araujo-vianna-3906559.html. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Armazéns do Cais Mauá terão gestão de shopping Center”. 21/01/2014. <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=152429>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Cerca de 10.000 se reúnem em protesto no Centro de Porto Alegre”. 24/06/2013. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/cerca-de-8000-se-reunem-em-protesto-no-centro-de-porto-alegre.htm>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Chafarizes são instalados no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre”. 26/09/2012. <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=468317>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Definidos novos horários de fechamento de bares em Porto Alegre”. 15/02/2012. <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/02/definidos-novos-horarios-de-fechamento-de-bares-em-porto-alegre.html>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Empresas do setor da construção fazem as maiores doações para a campanha eleitoral em Porto Alegre”. 15/09/2012. <http://wp.clicrbs.com.br/eleicaonagaucha/2012/09/15/empresas-do-setor-da-construcao-fazem-as-maiores-doaco>

es-para-a-campanha-eleitoral-em-porto-alegre. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Fortunati: Estávamos vivendo uma guerra civil na Cidade Baixa” 17/08/2012. <http://portoimagem.wordpress.com/2012/08/17/fortunati-estavamos-vivendo-uma-guerra-civil-na-cidade-baixa/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Grupo discute cercamento do Parque da Redenção”. 16/10/2013. <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=510010>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Grupo independente quer transformar Cidade Baixa em distrito cultural”. 07/01/2013. <http://aurbeurge.wordpress.com/tag/fechamento-de-bares/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Inflável da Coca-Cola é queimado após show de Tom Zé no Araújo Vianna”. 04/10/2012. <http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/fotos-inflavel-da-coca-cola-e-queimado-apos-show-de-tom-ze-no-araujo-vianna/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre”. 05/10/2012. <http://www.sul21.com.br/jornal/destaques/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Manifestantes protestam contra fechamento de bares em Porto Alegre”. 11/03/2012.

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/03/manifestantes-protestam-contrafechamento-de-bares-em-porto-alegre.html>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Privatização de Porto Alegre é alvo de protestos, BM agride manifestantes, Zero Hora lamenta por boneco da Coca-Cola”. 05/10/2012. <http://jornalismob.com/2012/10/05/privatizacao-de-porto-alegre-e-alvo-de-protestos-bm-agride-manifestantes-zero-hora-lamenta-por-boneco-da-coca-cola/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Procurador pede inspeção no cercamento do Auditório Araújo Vianna”. 24/11/2012. <http://rsurgente.wordpress.com/2012/11/24/2procurador-pede-inspecao-no-cercamento-do-auditorio-araujo-vianna/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“RS: Justiça denuncia envolvidos em liberação de alvarás de casas noturnas”. 20/01/2014. <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rs-justica-denuncia-envolvidos-em-liberacao-de-alvaras-de-casas-noturnas,6b5ba3ded20b3410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Sobre o fechamento de bares na Cidade Baixa”. 16/11/2011. <http://www.sul21.com.br/jornal/opiniaopublica/sobre-o-fechamento-de-bares-na-cidade-baixa/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

“Zero Hora e Fortunati: projetos afinados de higienização e privatização de Porto Alegre”. 25/09/2012. <http://jornalismob.com/2012/09/25/zero-hora-e-fortunati-projetos-afinados-de-higienizacao-e-privatizacao-de-porto-alegre/>. Acessado em: 09 abr. 2014.

